

## **PODER AMERICANO E ELEIÇÕES: O DISCURSO DA OCULTAÇÃO E SUA PROPAGAÇÃO**

Francisco Assis de Queiroz – UNESP/Assis

Discutimos aqui algo que ocorreu no ano anterior, dizendo respeito, portanto, àquilo que se chama de história do tempo presente, cujos desenvolvimentos mais recentes remontam, p. ex., aos trabalhos de Sirinelli, René Remond, entre outros, sobre as direitas a partir dos anos 1950, até a criação, na França, do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), em 1978. A criação do IHTP marca a afirmação ou uma espécie de “retorno” da política à historiografia, a partir da Guerra Fria, dos processos de descolonização, etc., servindo-se de meios como jornais, rádio, televisão, etc.

Embora uma visão mais tradicional considerasse que a história, para ser objetiva, devesse tomar como ponto de partida algo ocorrido não depois de pelo menos os últimos cinquenta anos, a epistemologia da história do tempo presente mostra que os problemas, dificuldades e preocupações que movem o historiador do tempo presente devem ser basicamente os mesmos de quem lida com um passado mais remoto. A história não é, necessariamente, mais objetiva porque trata de acontecimentos mais remotos. E nem, necessariamente, mais subjetiva por tratar de acontecimentos mais próximos. Trata-se de superar na história, como na física e na ciência em geral, a velha dicotomia sujeito-objeto, bem como distinções mais ou menos absolutas entre passado, presente e futuro. Assim, a análise de um tema como as eleições nos Estados Unidos em 2004 pede alguns desses esclarecimentos iniciais, até para colocá-lo em perspectiva histórica mais ampla.

Em torno da eleição presidencial norte-americana de novembro de 2004, que deu a vitória ao republicano George W. Bush para seu segundo mandato, foi construído quase um consenso de que foi definida não em função da situação econômica, social, da guerra ou do combate ao terrorismo, da manutenção ou expansão do poder, mas de “valores morais”, sobretudo professados por religiosos fundamentalistas e conservadores do Meio-

Oeste e Sul do país. Em síntese, tratar-se-ia mesmo de uma ofensiva dos fundamentalistas religiosos de direita (*theocons*) e neoconservadores (*neocons*) contra os ideais do liberalismo democrático.

Depois do conturbado processo e controvertido resultado de apenas 537 votos de diferença em relação a seu oponente Al Gore na eleição de 2000 – resultado sob suspeição de irregularidades na apuração de votos no estado da Flórida -, Bush só teve a “vitória” assegurada por decisão da Suprema Corte (por 5 votos a 4). Assumiu em 2001 visto por setores da política, da imprensa e outros como carecendo de legitimidade, carisma e autoridade. Talvez fosse apenas uma questão de tempo. Mas foi o inesperado e dramático atentado de 11 de setembro de 2001 que logo o lançou ao centro do palco da política internacional, fazendo-o tomar de imediato decisões que provavelmente tomaria mais à frente.

A guerra no Afeganistão em 2001 e no Iraque em 2003 alavancaram sua aprovação popular, que chegou a inéditos 90%. Vale lembrar que a ida do país às guerras teve o apoio quase unânime, incluindo, obviamente, os próprios democratas. Na percepção da maioria dos cidadãos ele se tornara a alternativa viável para o enfrentamento das forças do que ele, em famoso discurso em janeiro de 2002, denominou de “eixo do mal” (Iraque, Irã e Coréia do Norte).<sup>1</sup> Sua popularidade foi garantida, portanto, pelas razões da guerra, mantida em patamares suficientes para garantir-lhe a reeleição.

Logo em seguida a esta, jornais se apressaram a anunciar: “Defesa de valores morais determinou a reeleição”.<sup>2</sup> E de repente muitos analistas, mídia e alguns intelectuais, não apenas dos EUA, passaram a ver sua reeleição como tendo sido garantida por “valores morais”, sobretudo em função da coincidência de sua eleição nos Estados em que havia também votação sobre questões comportamentais, como as relativas a aborto, pesquisa sobre células-tronco e casamento gay. Mas até mesmo a guerra no Iraque foi incluída por alguns nessa categoria decisiva para a eleição

republicana, como destacou o diretor do Fórum Pew sobre Religião e Vida Pública, centro de pesquisas nos EUA.<sup>3</sup> Uma moral, que neste particular [moral para o exterior?], parece ser compartilhada por considerável número de supostos democratas e progressistas, como indica pesquisa do Council on Foreign Relations, seção de Chicago, que “mostra que 83% dos americanos aprovam ataques aéreos contra campos de treinamento e outras instalações terroristas; 76% aprovam o uso de tropas terrestres com idêntica finalidade; e 68% o assassinato seletivo de líderes terroristas”.<sup>4</sup>

Essa forma pela qual se passou a avaliar o resultado das eleições parece que já vinha sendo semeada, inclusive associando a guerra no Iraque a uma questão apenas moral, descolada, por exemplo, de interesses econômicos da parte dos Estados Unidos, como fica claro em fala do famoso jornalista norte-americano Bob Woodward quase um mês antes das eleições: “Ainda creio que o Iraque seja a questão mais importante da campanha. *Afinal, trata-se de uma questão moral. As pessoas se preocupam muito com temas morais, embora a situação econômica também influa nas decisões do eleitorado americano*”.<sup>5</sup> Se depois se insistiu tanto em valores morais, quase nunca se refere à guerra no Iraque. Isso não significa que ela não tenha sido um motivo. Mas não moral; isso seria tomar o discurso – ou só o discurso - pela realidade. Se se ficar, então, nesse campo, a conclusão mais plausível é que ela foi imoral, já que, entre outras coisas, foi feita por motivos muito diferentes dos confessados. Como afirma Hobsbawm: “Nós dois sabemos que Bush nunca esteve preocupado com as armas do Iraque”.<sup>6</sup> Continua Hobsbawm: “[A guerra no Iraque] Foi só a seqüência natural do 11 de Setembro, que deu a eles [EUA] a possibilidade de anunciar a supremacia mundial americana. Um jeito de demonstrar isso era derrotar algum inimigo. Pelas mesmas razões me arrisco a fazer a previsão de que o Irã será o próximo”.

Mas a impressão da reeleição na base de “valores” e do conservadorismo religioso evangélico foi repassada e disseminada por todos os meios de comunicação, em geral

assimilada sem a devida análise e crítica. Isso não significa, sem mais, dar inteira razão, mas considerar o que há alguns anos o cientista político e ex-conselheiro de Segurança Nacional do presidente Jimmy Carter, Zbigniew Brzezinski, afirmava, ou seja, que “... a base do poder americano está, em grande parte, em seu domínio do mercado mundial das comunicações. Oitenta por cento das palavras e imagens que circulam no mundo provêm dos Estados Unidos”<sup>7</sup>. Palavras, imagens, pauta e concepções que, em grande medida, são mimetizadas e clonadas em grande parte pela grande imprensa e meios de comunicação de outros países, inclusive do Brasil. Não se pode deixar de lado ainda o poder econômico e o poder militar que fazem dos EUA a grande hiperpotência atual.

A visão disseminada parece, curiosamente ser a dos vencidos, os democratas, alguns dos quais passaram a discutir e cogitar algo como a criação de uma “esquerda religiosa”, que procure dar mais atenção aos valores morais e espirituais.<sup>8</sup> Isso faz pensar que uma acrítica ou distorcida e unilateral história dos vencidos é tão problemática quanto uma dos vencedores. Mas aquela impressão inicial parece que foi mesmo a que ficou, não obstante alguns olhares para além de algum fator causal singular: “Nos primeiros relatos da história, os especialistas e críticos de Bush reduziram a vitória do presidente a uma retomada político-religiosa, o triunfo dos chamados eleitores de ‘valores’. Mas, na verdade, a vitória de Bush é muito mais ampla – um produto de uma tendência mais importante da política americana nos últimos 25 anos. A participação dos eleitores evangélicos faz parte de um movimento na direção dos Republicanos, que se iniciou nos anos 80, mesmo antes de seu pai ser eleito. (...) ... os que votaram em uma forte defesa nacional e cortes nos impostos também fazem parte de sua coalizão, assim como os moderados inseguros com a capacidade de liderança do [então candidato] Democrata John Kerry e sua ideologia. (...). As pressões sobre Bush dos conservadores religiosos não são mais fortes do que as pressões que teriam caído sobre Kerry se tivesse sido eleito. Os eleitores que são membros dos sindicatos de trabalhadores [uma das bases do

Partido Democrata] são quase a mesma percentagem que os evangélicos, e têm uma voz ao menos igualmente forte na coalizão Democrata”.<sup>9</sup>

Ainda quanto ao fator religioso Raasch mostra que “Pesquisas de boca-de-urna e outras, desenvolvidas pelo Centro Pew de Pesquisa para o Povo e a Imprensa, derrubam teorias de que Bush foi reeleito por essa onda repentina de conservadorismo religioso. (...). ‘Em relação a quatro anos atrás, Bush fez ganhos relativamente maiores entre pessoas que não freqüentam a igreja do que entre os religiosos ativos’, disse o diretor do centro Pew de pesquisa, Andrew Kohut. É verdade que Bush conseguiu uma percentagem maior de votos dos evangélicos protestantes (de 68%, em 2000, para 78%, neste anos). No entanto, como o número de votantes aumentou em todos os setores, a percentagem de eleitores evangélicos, no geral, foi exatamente a mesma de 2000, 23%. (...). Além de evangélicos, Bush também conquistou maiores porcentagens de eleitores católicos e judeus do que em 2000. (...). E tem mais. Neste ano [2004], 14% dos eleitores de Bush citaram sua fé religiosa como principal razão para votar nele, 29% citaram suas qualidades de líder e 27% sua posição clara nas questões”.<sup>10</sup>

Muitas análises, incluindo as de vários colunistas de jornais norte-americanos, mostram um grande equívoco ao pretenderem basear-se em uma pesquisa de opinião pontual, ou melhor, tomar os dados, às vezes de uma única pesquisa, como se falassem por si, o que justifica as diversas e contraditórias versões sobre as eleições, o que indica também em grande medida a falta de perspectiva histórica nessas explicações. É neste sentido que se apresenta ainda outra versão, a da “ignorância dos americanos” [uma versão *yankee* de “os brasileiros não sabem votar?”], como defende Bob Herbert, colunista do *New York Times*: “A chamada questão dos valores, pelo menos como vem sendo divulgada popularmente, está sendo superestimada. (...). Creio que se pode alegar que a ignorância desempenhou um papel pelo menos igual ao dos valores para o resultado da eleição”. A primeira frase parece-nos acertada, ao passo que a segunda

carece de fundamentos. Ele apoia sua “tese” nos dados de uma pesquisa da época feita pelo Programa de Atitudes Relativas à Política Internacional, da Universidade de Maryland, mostrando que cerca de 70% dos que apoiavam Bush acreditavam que os Estados Unidos tinham descoberto evidências de trabalho conjunto entre Saddam Hussein e a Al Qaeda, um terço acreditava que haviam sido descobertas armas de destruição em massa no Iraque e mais de um terço acreditava que uma maioria considerável da população mundial apoiou a invasão desse país.<sup>11</sup> Deve-se considerar, como já mencionamos, que essa mesma suposta ignorância chegou a ser partilhada pela grande maioria da mídia, inclusive pelo *New York Times* – que se retrataria mais de um ano depois da invasão do Iraque -, democratas, etc. O que merece ser ressaltado no artigo de Herbert é sua frase final que, aliás, em alguma medida, vale também para ele mesmo: “Os democratas não necessitam de um candidato que deseje moldar os seus valores a fim de se adaptarem às análises provavelmente incorretas dos analistas da última eleição. Para início de conversa, valores que se modificam de acordo com as circunstâncias não são de fato valores”.<sup>12</sup>

Um outro fator a ser levado em conta é, conforme procura demonstrar Joel Kotkin<sup>13</sup>, a dinâmica populacional interna nos Estados Unidos, ou seja, em razão de fatores econômicos, houve um deslocamento de eleitores de cidades democratas para redutos republicanos suburbanos ocasionando, por sua vez, mudança de orientação política naqueles eleitores. Entre outras razões, Kotkin observa que essas regiões têm se beneficiado - como mostrado por dados desde 2001 - dos maciços gastos militares sob a administração Bush, têm registrado níveis maiores de geração de emprego, enquanto no mesmo período cidades mais democratas têm perdido empregos, como Nova York, San Francisco, San Jose e Boston, entre outras. Com o estouro da bolha que pôs fim ao boom das empresas “pontocom” em 2000, a busca de redução de custos por parte das empresas com a intensificação da concorrência de países em desenvolvimento e os altos

custos de moradia e trabalho, há uma “fuga de cérebros” - de alta tecnologia ou da chamada “classe criativa”, dos “trabalhadores do conhecimento” - daquelas cidades. “Em lugar de se reunirem nos Estados tradicionalmente democratas e nas cidades vistas como legais, muitos estão fugindo para condomínios residenciais no coração da região republicana. Isso talvez explique, em parte, por que os maiores avanços marcados por Bush em relação à sua votação de 2000 tiveram lugar entre pessoas de alto grau de instrução, e não entre caipiras ignorantes que a maioria dos liberais acha que foram os responsáveis pela derrota de seu candidato”.<sup>14</sup>

Deve-se destacar ainda que às análises feitas com base na ênfase na questão dos “valores morais” seguiram-se as de igual ênfase numa “sociedade dividida” também saída das eleições. São frases como: “Bush sabe que precisará desse poder [que recebeu com a reeleição] para liderar o que é hoje um país profundamente dividido”.<sup>15</sup> Para o chefe do Departamento de Ciência Política da New School University, de Nova York, “A divisão agora é muito intensa, cheia de animosidade. Se ela provém de diferenças reais quanto a certas questões ou [se centra na figura de Bush], está menos claro”.<sup>16</sup>

Mas quando Bush “ganhou” em 2000 com diferença de apenas 537 votos a imprensa não alardeou tanto a suposta divisão do país. E por que teria saído dividido em 2004, com uma diferença de mais de 3,5 milhões de votos? É como se os EUA não fossem divididos e essa divisão não fosse, de longa data, econômica e social. É como se de repente se estabelecesse uma divisão radical, sendo ela fundamentalmente ideológica, em torno de “valores morais”, idéias religiosas, comportamentais, culturais, etc. Em quase todas as análises se faz *tabula rasa* das fissuras concretas, do corte de impostos para os mais ricos, do gigantesco apoio dos grandes conglomerados, mormente aos candidatos republicanos, do peso do complexo militar-industrial em governos republicanos ou democratas, entre outros fatores. Que divisão radical existia ou passou a existir

repentinamente com a eleição, quando a quase totalidade dos democratas e mídia apoiou a invasão do Iraque? E quando a população do nordeste e Leste “cosmopolita” e “democrático” se juntou ao “conservador” Sul e Meio Oeste para dar quase 100% de aprovação ao governo republicano e sua aventura bélica?

Vale lembrar que ainda em 22 de julho de 2004 o Senado americano aprovou, *por unanimidade*, projeto de lei para o país que regulamentava o emprego de 416,2 bilhões de dólares na defesa militar! E assim, com gastos bélicos de centenas de bilhões de dólares anuais, uma população carcerária de mais de 2 milhões de pessoas (25% do total mundial!) 1,5 milhão de militares atuando em todos os continentes e mantendo ainda milhares de estrangeiros presos em países que ocupa (Iraque, Afeganistão), na base americana de Guantánamo (Cuba), entre outros, a “democracia americana” assenta-se, em grande medida, num verdadeiro Warfare State.

---

<sup>1</sup> Em 1º de junho de 2002 George W. Bush anunciou sua doutrina de ataque preventivo.

<sup>2</sup> Todd S. Purdum, *The New York Times*, 4 de novembro de 2004.

<sup>3</sup> Cf. Clóvis Rossi, *Folha de S. Paulo*, 4 de novembro de 2004.

<sup>4</sup> Cit. em Clóvis Rossi, *Folha de S. Paulo*, 4 de novembro de 2004.

<sup>5</sup> Bob Woodward, entrevista a Márcio Senne de Moraes, *Folha de S. Paulo*, 10 de outubro de 2004, *itálicos nossos*.

<sup>6</sup> Eric Hobsbawm, entrevista a Cassiano Elek Machado, *Folha de S. Paulo*, 31 de julho de 2003.

<sup>7</sup> Zbigniew Brzezinski, “Washington est le seul super-grand”, afirmações recolhidas por M. Foucher, Edição especial “La Nouvelle Planète”, in *Libération*, 15 de dezembro de 1990, p. 16, cit. em Armand Mattelart, *Comunicação-mundo: história das idéias e das estratégias*, trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira, Petrópolis, RJ, Vozes, 1994, p. 168 .

<sup>8</sup> David D. Kirkpatrick, *The New York Times*, 17 de novembro de 2004.

<sup>9</sup> Chuck Raasch, *USA Today*, 10 de dezembro de 2004.

<sup>10</sup> Chuck Raasch, *Id. ibid.*

<sup>11</sup> Bob Herbert, *The New York Times*, 9 de Novembro de 2004.

<sup>12</sup> Bob Herbert, *id. ibid.*, *itálicos nossos*. O autor do presente texto espera ter ficado de fora da apreciação de Herbert!

<sup>13</sup> Joel Kotkin, do *Financial Times*, publicado na *Folha de S. Paulo*, 19 de dezembro de 2004.

<sup>14</sup> Joel Kotkin, *idem, ibid.*

<sup>15</sup> Luis Bitencourt, cientista político, dirige o programa sobre Brasil do Centro Woodrow Wilson para Acadêmicos Internacionais, em Washington, in: *Folha de S. Paulo*, 4 de novembro de 2004. Essa visão é compartilhada ainda, entre outros, pelo respeitado jornalista Argemiro Ferreira em sua obra fundamental sobre a trajetória da família Bush nos negócios e na política: *O Império contra-ataca: as guerras de George W. Bush, antes e depois do 11 de Setembro*; São Paulo: Paz e Terra, 2004.

<sup>16</sup> Cit. em Maria Brant, *Folha de S. Paulo*, 4 de novembro de 2004.